



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia / SECADI/MEC

Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação em e para os Direitos Humanos, no
contexto da Diversidade Cultural

**CULTURA E TRADIÇÕES DOS REMANESCENTES DO
QUILOMBO MESQUITA E O PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL ALEIXO
PEREIRA BRAGA I**

FABIANA FERREIRA DOS SANTOS CARVALHO

BRASÍLIA

2015



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia / SECADI/MEC

Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação em e para os Direitos Humanos,
no contexto da Diversidade Cultural

FABIANA FERREIRA DOS SANTOS CARVALHO

**CULTURA E TRADIÇÕES DOS REMANESCENTES DO
QUILOMBO MESQUITA E O PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL ALEIXO PEREIRA
BRAGA I**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade de Brasília (UnB), como
requisito para obtenção do grau de Especialista
em Educação em e para os Direitos Humanos
no Contexto da Diversidade Cultural.

Prof. Orientador: Ms. Clerismar Aparecido Longo

BRASÍLIA

2015

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, que é essencial em minha vida, autor do meu destino e socorro presente na angústia.

Ao meu orientador **Professor Clerismar** que me auxiliou em todas as inúmeras dificuldades que encontrei na realização do curso e sempre me incentivou a aprimorar em algo mais.

AGRADECIMENTOS

Á mulher mais forte e guerreira que conheci e tive a grande honra de tê-la como minha mãe **Eva (in memorian)**, que mesmo não estando mais viva, cuida de mim e me fortalece com seu exemplo e força. Dela nunca me esquecerei.

Agradeço sempre aos meus filhos **Luiz Henrique, Pedro Vinicius, Anna Júlia e Israel**; eles são a razão de minha luta e minha vida. Eles que aprendem todos os dias a conviver com minha ausência por trabalhar tanto e que mesmo assim não deixam de me amar.

Ao meu companheiro **Neto** que tem aprendido todos os dias a conviver com minha ausência e mesmo assim consegue me amar, sempre me admirar e me faz acreditar que conseguirei vencer. Meu fiel apoio em tudo que faço.

Á diretora da Escola Municipal Aleixo Pereira Braga I, professora **Eloisa Cardoso** por tão grande contribuição na execução dessa pesquisa e por se dedicar tanto na aplicabilidade do projeto político pedagógico da escola, resgatando a identidade local.

Á uma grande mulher, remanescente quilombola, líder comunitária e vereadora, **Sandra Braga**, que sempre luta pelo resgate da identidade cultural e se preocupa tanto para que as crianças e jovens da escola dêem continuidade ao resgate das culturas e tradições de seu povo.

RESUMO

Essa pesquisa baseia-se na discussão em torno da construção e aplicabilidade do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Braga I, respeitando e construindo uma busca identitária da cultura e tradições dos remanescentes do Quilombo Mesquita. Essa construção é ocasionada numa reflexão da construção e funcionalidade do PPP da escola, mas acima de tudo, significa, salientar a historicidade da Escola Braga I e o valor histórico-cultural que ela construiu e constrói representando a vida dos cidadãos da comunidade Quilombola Mesquita. Dentro dessa esfera, ela é sem dúvida um forte elemento da identidade local. A abordagem metodológica utilizada nesta pesquisa é de natureza qualitativa que tem como principal característica a sua natureza compreensiva e interpretativa. A escola é o palco da construção e atuação das relações sociais e culturais principalmente por meio da relação entre conteúdos propostos nas diretrizes curriculares e nas práticas sociais entre alunos e educadores que ali atuam. Daí a grande importância da construção do projeto político-pedagógico, está no fato de que ele passa a ser uma direção, um rumo para as ações da escola. É uma ação intencional que deve ser definida coletivamente, com consequente compromisso coletivo.

Palavras chave: IDENTIDADE; CULTURA; TRADIÇÕES; CONSTRUÇÃO; PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

ABSTRACT

This research is based on the discussion on the construction and applicability of the Pedagogical Political Project of the School Braga I, respecting and building an identity search of culture and traditions of the remnants of Quilombo Mosque. This construction is caused in a reflection of the construction and functionality of the school PPP, but above all, it means, emphasize the historicity of the School Braga I and cultural-historical value it has built and builds depicting the life of the citizens of Quilombo Mosque community. Within this sphere, it is certainly a strong element of local identity. The methodological approach used in this research is qualitative whose main feature its comprehensive and interpretative nature. The school is the stage of construction and operation of social and cultural relations mainly through the relationship between the curriculum guidelines proposed content and social practices among students and educators who work there. Hence the great importance of construction of political-pedagogical project is the fact that it happens to be a direction, a direction for the school's actions. It is an intentional action to be defined collectively, with consequent collective commitment.

Keywords: IDENTITY ; CULTURE; TRADITIONS ; CONSTRUCTION ;
POLITICAL EDUCATIONAL PROJECT

SUMÁRIO

Introdução	10
CAPÍTULO I	
1.1 Conhecendo a identidade da comunidade Quilombola Mesquita	14
1.1.1 Territorialidade	15
1.1.2 Religiosidade	15
1.1.3 Cultura do marmelo	18
1.1.4 Associação do Quilombo Mesquita	20
1.1.5 Educação Escolar no Quilombo Mesquita – Histórico da Escola Municipal Aleixo Pereira Braga I	21
1.1.6 Escola Quilombo Mesquita: Aleixo Pereira Braga I	22
CAPÍTULO II	
2.1 Noção de identidade quilombola na pós modernidade	26
2.2 Identidade e território quilombola: uma disputa de poder	29
2.3 A legislação e a educação quilombola	32
2.4 Discussão e elaboração do PPP da Escola Municipal Aleixo Pereira Braga I	37
2.5 Identidade e construção do PPP	40
CAPÍTULO III	
3.1 Construindo o PPP na busca da identidade da comunidade Quilombola Mesquita	45
CAPÍTULO IV	
4.1 Dos conceitos e análises às intervenções de sucesso na construção do PPP	51
Comentários finais	58
Referências	61

LISTA DE ABREVIATURAS

DF – Distrito Federal

PPP – Projeto Político Pedagógico

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

RTID – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

TERRACAP – Companhia Imobiliária de Brasília

ARENQUIM – Associação Renovadora do Quilombo Mesquita

PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial do município de Cidade Ocidental

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

CNE – Conselho Nacional de Educação

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 Moradora mais antiga do Quilombo_____	14
FIGURA 2 Cavalgada do marmelo_____	16
FIGURA 3 Folia de Nossa Senhora da Abadia_____	16
FIGURA 4 Museu do Quilombo Mesquita_____	17
FIGURA 5 Mauro Melo, produtor do marmelo_____	19
FIGURA 6 Lavagem e seleção do marmelo_____	19
FIGURA 7 Propaganda para venda do marmelo_____	20
FIGURA 8 Fogão para feitura do doce_____	20
FIGURA 9 Logo da Associação de moradores do Quilombo Mesquita____	20
FIGURA 10 Casarão do Senhor Aleixo, que foi escola_____	22
FIGURA 11 Igreja na antiga construção_____	23
FIGURA 12 A mesma igreja atualmente_____	23
FIGURA 13 Reuniões e estudo de discussão do PPP_____	45

1. Introdução

Cidade Ocidental fica localizada no entorno do DF. Por muito tempo foi vista como cidade dormitório, mas atualmente tem uma média de 56.000 habitantes. Em relação à educação, hoje temos 13 escolas, um Centro de Línguas e 5 Centros de Educação Infantil e que no total atende, segundo o Censo Escolar de 2014, um total de 12.943 alunos matriculados.

Dentre as escolas do município, uma está localizada numa comunidade remanescente quilombola, denominada Quilombo Mesquita, atendendo 438 crianças e adolescentes de 1º ao 9º ano. Essa comunidade é toda de remanescentes quilombolas, mas só foram certificados como “comunidade quilombola” em 07/06/2006, depois de um longo tempo de lutas e uma grande espera de toda a comunidade.

A Comunidade Quilombola Mesquita possui suas especificidades culturais e históricas. Toda a comunidade participa de projetos realizados e direcionados por uma associação denominada “Associação Renovadora do Quilombo”. Essa associação realiza vários projetos, dentre eles: continuidade da agricultura familiar, viveiro de mudas de árvores em extinção, processos de reflorestamento, projetos com danças e festejos reafirmando sua cultura local (Folia dos Reis, Divino Espírito, Corrida do Marmelo), Banda Som de Quilombo com trajes e danças africanas das crianças e jovens da região, cultivo de plantas medicinais, cultivo do marmelo e produção da marmelada tradicional há 100 anos produzido de maneira artesanal, vendido no Brasil e fora dele.

Segundo a Resolução 8/2012, que define as diretrizes curriculares Nacionais para a Educação Quilombola na Educação Básica, o art. 1º:

...organiza a Educação Escolar Quilombola, de forma que se fundamenta em memória coletiva, línguas remanescentes, marcos civilizatórios, práticas culturais, tecnologias e formas de produção do trabalho, acervos e repertórios orais, festejos, usos, tradições que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo País. (2012. Resolução 8. Diretrizes curriculares Nacionais para a educação Quilombola)

Sendo assim, a escola deve se adequar para atender e adaptar seguindo as exigências da lei.

Salientar a historicidade da Escola Braga I e o valor histórico-cultural que ela construiu é um marco na representatividade da vida dos cidadãos da comunidade

Quilombola Mesquita. Dentro desta esfera, ela é sem dúvida um forte elemento da identidade local.

A importância do projeto político-pedagógico está no fato de que ele passa a ser uma direção, um rumo para as ações da escola. É uma ação intencional que deve ser definida coletivamente, com consequente compromisso coletivo.

Pensando na função social da Educação e no valor formativo, a Instituição Escolar sempre foi símbolo para a sociedade; nos ideais dialéticos, construtivistas e sócios históricos que regem a Escola contemporânea. Compreendendo a importância do papel da educação no desenvolvimento dos seres humanos, baseada no desenvolvimento integral das pessoas numa filosofia marxista, no enfoque construtivista e na importância do contexto social e das relações estabelecidas, a fim de se efetivar a formação do aprendiz na cidadania e para a cidadania, advém a necessidade das escolas construírem seu Projeto Político Pedagógico, levando em consideração as especificidades identitárias, culturais e sociais da comunidade onde a escola está inserida.

Mais do que uma exigência normativa, o Projeto Político Pedagógico é antes de tudo um instrumento ideológico, político, sociológico e cultural que visa, sobretudo, a gestão dos resultados de aprendizagem, através da projeção, da organização, e acompanhamento de todo o universo escolar.

Refletir, construir e aplicar o PPP significa, acima de tudo, salientar a historicidade da Escola Braga I e o valor histórico-cultural que ela construiu e constrói representando a vida dos cidadãos da comunidade Quilombola Mesquita. Dentro dessa esfera, ela é sem dúvida um forte elemento da identidade local.

Nesse contexto, destacamos como objetivo geral desta pesquisa o estudo sobre a valorização da cultura e tradições dos remanescentes do Quilombo Mesquita na elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Braga I; e como objetivos específicos: identificação e reconhecimento da cultura e tradições dos remanescentes do Quilombo Mesquita; valorização da diversidade cultural dessa comunidade; reconhecimento dos pontos importantes da legislação que define as diretrizes curriculares Nacionais para a Educação Quilombola na Educação Básica, a

Resolução 8/2012; reflexão na elaboração do Projeto Político Pedagógico com o fito de garantir sua aplicabilidade, respeitando a diversidade quilombola; adequação à realidade e à diversidade cultural e das tradições da comunidade quilombola na elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Braga I.

A abordagem metodológica utilizada nesta pesquisa é de natureza qualitativa que tem como principal característica a sua natureza compreensiva e interpretativa. Essa abordagem tem como preocupação primordial a obtenção de dados e informações capazes de retratar o ponto de vista dos sujeitos a respeito de um fenômeno. A pesquisa qualitativa pressupõe contato direto do investigador com o ambiente a ser pesquisado.

Bogdan e Biklen (1994) esclarecem que a pesquisa qualitativa corresponde a um conjunto dinâmico e aberto de afirmativas, concepções e hipóteses sistematicamente relacionadas para orientar a compreensão do pesquisador a respeito do que ele se propõe a investigar.

Para os autores, a principal característica dessa abordagem é o fato de o problema ser investigado no próprio ambiente no qual ele se manifesta, contribuindo para o pesquisador perceber as circunstâncias específicas em que o fenômeno está inserido e se constitui.

Para a coleta dos dados foram utilizados os seguintes instrumentos: análise documental e a observação. Os sujeitos que forneceram informações da história da comunidade Quilombola Mesquita, bem como da Escola Aleixo Pereira Braga I, foram alguns educadores do Ensino Fundamental I e II, além de líderes comunitários da região e moradores remanescentes quilombolas.

Os documentos analisados foram o PPP – Projeto Político Pedagógico da escola; os jornais “O Falatório” e “O Distrital”, que circulam na cidade Ocidental; um livro com poemas feitos pelas crianças da escola; e, outro livreto intitulado “Mesquita: a história de um povo da origem a atualidade” produzido por duas professoras que trabalham com o resgate da história da comunidade.

A observação deu-se entre os meses de fevereiro e abril de 2015, durante algumas visitas realizadas na escola e culminou com a reunião de aprovação do Projeto Político Pedagógico, bem como a comemoração do aniversário da escola.

O acesso à escola, aos professores e aos documentos foi um processo de conquista da confiança dos agentes da escola, uma vez que, estes profissionais alegam que muitas pessoas vão lá pesquisar, mas a escola está um pouco cansada de receber tanta gente para pesquisar e depois não ter um retorno pelas informações oferecidas. Porém a resistência foi menor, pois como sou diretora de outra escola no município e educadora há 22 anos e moradora atuante há 33 anos, a grande maioria dos profissionais já tem certo conhecimento e facilidade em dialogar.

Essa pesquisa será subdividida em capítulos onde serão abordados temas distintos sobre a mesma.

No primeiro capítulo será abordado um breve histórico explanando a identidade bem como os aspectos sociais e culturais da Comunidade Quilombola Mesquita. Além disso, será tratada também a religiosidade, a riqueza do marmelo, a participação e influência da associação de moradores e finalizando o capítulo, a história da Escola Municipal Braga I.

No segundo capítulo, será abordada a noção de identidade na pós modernidade, a relação da disputa de poder quando se fala em identidade e território, o amparo da legislação na educação quilombola, a discussão e elaboração do PPP na Escola Municipal Braga I e a construção da identidade da comunidade em questão.

No terceiro capítulo, será abordado a descrição metódica, bem como a reflexão de todos os envolvidos no processo na construção do PPP com a preocupação da busca da identidade e das tradições da comunidade Quilombola Mesquita.

No quarto capítulo, a discussão gira em torno das ações da escola e da comunidade na execução do PPP da escola na busca identitária da cultura e tradições da comunidade Quilombola Mesquita.

CAPITULO I

1.1 CONHECENDO A IDENTIDADE DA COMUNIDADE QUILOMBOLA MESQUITA

Muito antes de Brasília, próximo a Santa Luzia, hoje Luziânia GO, havia uma fazenda chamada Mesquita e seu proprietário já em final de vida resolveu doar parte das terras para três escravas da Fazenda Mesquita, há mais de 200 anos.

Daí surgiu o povoado, a partir da construção das primeiras casas onde o filho de um casava-se com o filho do outro e construía sua casa ao lado da casa do pai e assim formou-se o povoado que durante muitos anos permaneceram isolados vivendo de maneira tradicional onde tudo era produzido pela comunidade e indo a Luziânia somente para vender seus produtos e comprar o que não podiam produzir, vivendo assim até meados da década de setenta, quando começou a ocupação da região próxima ao povoado, Cidade Ocidental e Valparaíso de Goiás, vivendo assim eles cultivam tradições e costumes, onde têm no marmelo sua principal e mais tradicional fonte de recursos externos.

Hoje, dos 800 quilombolas que fazem parte dos cerca de 3.000 habitantes do povoado conseguiram recentemente seu reconhecimento como área de remanescente de quilombo. A Comunidade Quilombola Mesquita, fica a apenas 8 km da Cidade Ocidental e possui 300 famílias que cultivam marmelo, goiaba, laranja, cana de açúcar, mandioca e contam também, com uma pequena indústria artesanal de marmelada e goiabada. No artesanato produz caixinhas, biscoitos e tapetes, que são comercializados em feiras. As festas são comemoradas com a dança Catira, dança tradicional de Goiás.



Moradora mais antiga do Quilombo
Antônia Pereira Braga (1900-2012) e grande parte da história do Quilombo Mesquita foi narrado por ela
Fonte: LIMA, Jaqueline. 2011

FIGURA 1

1.1.1 - ESPAÇO QUILOMBO MESQUITA

A Comunidade Quilombo Mesquita, desde 2006, é devidamente reconhecida pela Fundação Cultural Palmares – Ministério da Cultura. Atualmente, tramita no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA o Processo Administrativo nº 54700.001261/2006-82, que trata da regularização fundiária das terras da COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBOS MESQUITA, tendo sido publicado no Diário Oficial da União – DOU, em 29 de agosto de 2011, página 106, o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID. A área delimitada corresponde a 4.292,8259ha (quatro mil duzentos e noventa e dois hectares, oitenta e dois ares e cinquenta e nove centiares), pequena em comparação com a área originalmente ocupada.

O Quilombo Mesquita situa-se, hoje, na zona rural do Município de Cidade Ocidental-GO. Este Município construído a partir de 1976, obteve em 1991 sua emancipação política de Luziânia-GO.

O território do Quilombo Mesquita encontra-se em uma das maiores regiões metropolitanas do Brasil e compõe a mais populosa “Rede Integrada de Desenvolvimento” ligada ao Ministério da Integração Nacional com 20 municípios goianos, 03 mineiros e o DF, tendo que lutar pela manutenção das tradições culturais e do território, cada vez mais ameaçados pela expansão urbana e a especulação imobiliária, além da intrusão de latifundiários conhecidos, como o ex-presidente e senador José Sarney e políticos locais presentes no território quilombola.

As áreas tradicionalmente ocupadas pelos quilombolas se estendem pelos municípios goianos do Entorno Sul de Brasília sendo eles: Luziânia, Cidade Ocidental, Valparaíso de Goiás, Novo Gama e também na Região Administrativa de Santa Maria-DF, em que a TERRACAP – Companhia Imobiliária de Brasília – Empresa Pública do Distrito Federal, responde judicialmente ao pagamento de indenização às famílias quilombolas.

1.1.2 - RELIGIOSIDADE

A religiosidade é uma marca da comunidade de forte expressão do catolicismo popular com as “Folias” e os “Festejos”. Ao longo do ano a comunidade se mobiliza na

realização de grandes eventos religiosos: a “Folia de São Sebastião” em janeiro, a “Festa do Marmelo” em fevereiro, a “Folia do Divino Espírito Santo” em maio, e a “Folia de Nossa Senhora D’Abadia”, padroeira da comunidade, em agosto.



Cavalgada da Festa do Marmelo
Fonte: CARVALHO, Fabiana. 2014.
FIGURA 2



Folia de nossa Senhora da Abadia
Fonte: CARVALHO, Fabiana. 2014.
FIGURA 3



Museu do Quilombo Mesquita
Fonte: CARVALHO, Fabiana 2014
FIGURA 4

Encontram-se também manifestações religiosas de matriz africana estas menos aparentes e mimetizadas pelo sincretismo religioso. A tradição da cura é um outro espaço importante para a preservação da cultura e religiosidade do povo remanescente do Quilombo Mesquita, e é nesse espaço que o conhecimento dos africanos, índios e portugueses mais se misturaram.

Uma das faces da cura na comunidade quilombola é a benza que cura não apenas os males do corpo, mas também os provenientes de “mal olhado” entre tantos outros males. A benzedeira, com seus conhecimentos sobre as plantas e suas palavras de cura e proteção, remete às raízes africanas dessas práticas. Benzedeiros podem ser encontrados em quase toda a comunidade do Quilombo Mesquita e a prática de benzer crianças é muito comum entre eles. As benzedeiros possuem cura não apenas para males da saúde física, mas também espiritual.

É comum também entre a comunidade o uso da fitoterapia que é uma das mais conhecidas e praticadas formas de cura tradicional ainda tão presente na comunidade quilombola. Para todos os males e doenças, eles procuram sempre os mais idosos que sempre sugerem uma planta que trará a cura.

1.1.3 - CULTURA DO MARMELO

Marmelada é um tradicional doce feito a partir do marmelo produzido nos quintais do povoado e na região de Luziânia, em Goiás. A receita utilizada aqui vem sendo passada de pai para filho. O marmelo produzido na região é o Português (Cydonia oblonga Mill.), bem adaptado ao clima da região. Os marmeleiros produzem nos meses de Janeiro e Fevereiro.

Produzido artesanalmente, há marmelada em casas durante ano todo, pois hoje em dia com energia e frízeres os quilombolas armazenam a polpa da fruta congelada. Vai sendo produzida em quantidades mínimas, vendendo o produto localmente.

A cultura do marmelo na comunidade Mesquita, vem do século XVIII, as primeiras mudas do marmelo (Cydonia oblonga) foram trazidas de Portugal para o Brasil e os boiadeiros trouxeram ao interior de Goiás ao cruzar os sertões.

A história da marmelada na cultura da comunidade ainda está sendo pesquisada pelos historiadores. Sabe-se que a tradição foi trazida por três escravas libertas, vindas de Portugal trazendo a receita. Seus descendentes seguiram a fabricação artesanal da marmelada.

A comunidade produz há mais de 150 anos marmelo, goiaba, e fabrica artesanalmente marmelada e goiabada seguindo a receita e modo de fazer herdadas das gerações anteriores que ainda hoje preservam esta herança econômica, histórica e cultural. Seu artesanato é voltado para produção das caixinhas de madeira que embalam a marmelada e a goiabada, biscuit e tapetes, que são comercializados em feiras. As festas são comemoradas com a dança Catira, dança tradicional de Goiás.

Seus descendentes seguiram a fabricação artesanal da marmelada. O doce é embalado em caixas de madeira, feita pelos próprios produtores que descobriram que a marmelada conserva-se melhor em contato com a madeira.

A cultura do marmelo na comunidade Mesquita, vem do século XVIII, as primeiras mudas do marmelo (Cydonia oblonga) foram trazidas de Portugal para o Brasil e os boiadeiros trouxeram ao interior de Goiás ao cruzar os sertões. A história da marmelada na cultura da comunidade ainda está sendo pesquisada pelos historiadores. Sabe-se que a tradição foi trazida por três escravas libertas, vindas de Portugal trazendo

a receita. Seus descendentes seguiram a fabricação artesanal da marmelada e a comunidade ainda hoje preserva herança econômica, histórica e cultural. A Festa do marmelo é comemorada no mês de fevereiro para celebrar a colheita do marmelo e a continuidade das tradições e cultura de uma comunidade. Essa festa é comemorada com a dança Catira, dança tradicional de Goiás.



Mauro Melo, produtor e fabricante do doce de marmelo no Quilombo Mesquita, município de Cidade Ocidental Goiás
Fonte: CARVALHO, Fabiana. 2014.

FIGURA 5



Lavagem e seleção do marmelo
Fonte: CARVALHO, Fabiana. 2014.

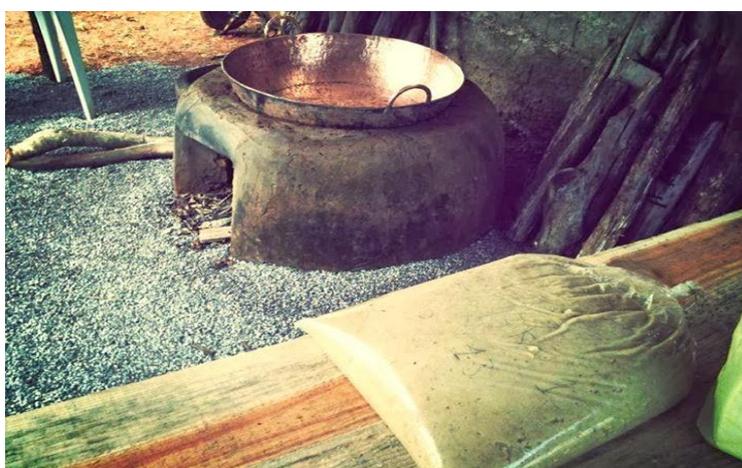
FIGURA 6



Propaganda para venda da marmelada

Fonte: CARVALHO, Fabiana. 2014.

FIGURA 7



Fogão para a feitura do doce - o tacho de cobre.

Fonte: CARVALHO, Fabiana. 2014.

FIGURA 8

1.1.4 - ASSOCIAÇÃO DO QUILOMBO MESQUITA



Logo da Associação de moradores do Quilombo Mesquita

Fonte: Internet

FIGURA 9

A maior representação política da comunidade do Quilombo Mesquita, é assegurada pela ARENQUIM - ASSOCIAÇÃO RENOVADORA DO QUILOMBO

MESQUITA, fundada em 2003, que empreende esforços no processo na afirmação identitária da comunidade, na regularização fundiária do território quilombola, na valorização dos agricultores, na luta pela adequação da escola à sua realidade e referências culturais – por uma educação escolar quilombola -, inclusive na elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico da escola, na realização de intercâmbio com outros quilombos e buscando garantir a efetivação de políticas públicas junto às instâncias governamentais municipais, estaduais e federais.

Atualmente, as principais lutas a nível municipal neste ano de 2014 é garantir no PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Município de Cidade Ocidental – o Território Quilombola como Zona Especial de Interesse Histórico-Cultural e Ambiental e com o Plano Municipal de Educação que terá duração de 10 anos a começar pela elaboração e execução do PPP da escola local na busca da identidade quilombola.

1.1.5 - EDUCAÇÃO ESCOLAR NO QUILOMBO MESQUITA

HISTÓRICO DA ESCOLA MUNICIPAL ALEIXO PEREIRA BRAGA I

Segundo a memória de alguns do povoado Mesquita (relatos de moradores em 2015), a escola presente no quilombo tem seu início marcado quando as terras pertenciam ao município de Luziânia. Fundada pelo senhor Aleixo Pereira Braga que, segundo os mesmos era semianalfabeto e sua maior preocupação era que sua comunidade tivesse instrução escolar. Em meados da primeira metade do século XX, se deu o início de aulas regulares em sua própria casa, onde ele e os moradores do povoado eram responsáveis pelo ensino.

Mas com o tempo, o senhor Aleixo construiu uma casa próxima a sua para que a escola funcionasse. Mas por pressão da comunidade, essa escola passou a ser responsabilidade do município de Luziânia que enviou professores que passavam a semana no quilombo e no fim de semana retornava para Luziânia. A escola era localizada num local de difícil acesso, onde lá se chegava tão somente a cavalo ou com carro de boi.

Porém em 1984, o senhor Alípio Pereira Braga, doou um terreno para que a escola fosse construída; espaço esse que até hoje está instalada a mesma. Inicialmente

foram construídas somente duas salas de aula, um banheiro e a cantina. Em 2013 a escola teve suas instalações ampliadas, em 2012 foram construídas mais três salas de aula e atualmente em 2015, com a festa de aniversário da escola foram entregues salas administrativas (gestão, orientação escolar, coordenação, ampliação da cantina e o pátio coberto) pela atual gestão do município de Cidade Ocidental.

Esse histórico foi construído por depoimentos de professores (2015), moradores da comunidade com parentesco direto com Aleixo Pereira Braga, que lutou por educação formal no quilombo reconhecido e homenageado, com seu nome que foi dado á escola.



Casarão do senhor Aleixo, onde as aulas regulares iniciaram.

Fonte: CARVALHO, Fabiana. 2015.

FIGURA 10

1.1.6 - ESCOLA QUILOMBOLA MESQUITA: ALEIXO PEREIRA BRAGA I

A Escola Aleixo Pereira Braga I localizada dentro da comunidade quilombola do Mesquita, zona rural do município do entorno do DF, distante apenas 8 km da Cidade Ocidental. Essa comunidade foi reconhecida como quilombola pela Fundação Palmares há pouco menos de quatro anos. São cerca de 300 famílias descendentes de escravos que ocupam a região desde antes da abolição da escravatura, em 1822.

É um dos 22 povoados afrodescendentes que estão dentro do estado de Goiás A comunidade produz, há mais de 150 anos, marmelo e goiaba. Fabrica artesanalmente estes doces seguindo a receita e modo de fazer herdadas das gerações anteriores. No artesanato, produz caixinhas, biscoitos e tapetes, que são comercializados em feiras. As

festas são comemoradas com a Catira, dança tradicional de Goiás. As festas do Divino acontecem na primeira quinzena do mês de maio e a Festa de Nossa Senhora da Abadia, entre os dias 5 a 15 de agosto. Até hoje a comunidade quilombola preserva essa herança econômica, histórica e cultural. (SILVA, 2010).

A Escola do povoado Mesquita começou em casas do povoado, a primeira na casa do senhor Sebastião e Marcolina Pereira. Em 1978, foi fundada a escola no povoado Mesquita ao lado da igreja católica Nossa Senhora da Abadia. Em 1984, foi construída a escola municipal Aleixo Pereira Braga I em um terreno doado pelo Sr. Alípio Pereira Braga (primo de Aleixo), onde foram construídos inicialmente 2 salas de aula, 1 banheiro e a cantina, sendo o colégio concluído em 2003.



A igreja ainda na antiga construção que serviu como escola

Fonte: CARVALHO, Fabiana. 2015

FIGURA 11



A mesma igreja atualmente

Fonte: CARVALHO, Fabiana. 2015.

FIGURA 12

Os alunos moram no povoado ou nas fazendas que cercam a escola. A instituição possui uma quadra poliesportiva descoberta, 1 sala de vídeo, computadores e uma mini biblioteca, a Arca das Letras, doada em 2005, com o apoio do governo e várias entidades, entre elas, a Fundação Cultural Palmares. O espaço escolar melhorou bastante este ano, pois houve uma reforma e ampliação da mesma.

Atualmente, os espaços das salas de aula, sala dos professores e os locais de lazer são suficientes para atender com conforto as necessidades da comunidade educativa. A escola oferece os Anos iniciais e Finais. Conta para este ano de 2015, até o presente momento, 406 alunos matriculados. Atende nos períodos matutino e vespertino. Tem 25 professores. Os professores se encontram na faixa de 25 a 50 anos de idade. A escola conta com 1 diretora, 1 secretária, 1 coordenador pedagógico, 1 orientadora educacional, 2 coordenadoras de turno, 4 merendeiras, 4 funcionários de serviços gerais, 4 porteiros e 2 agentes administrativos.

A construção do Projeto Político-Pedagógico leva em conta a realidade que circunda a Escola e as famílias dos alunos. Pois, certamente, a realidade social dos alunos afeta a sua vida escolar, e os dados levantados devem contribuir para orientar todo o organismo escolar para os fins de tratar tais indícios com a devida relevância, transformando-os em currículo, objeto de planejamento e potencial de aprendizagem.

A importância do projeto político-pedagógico está no fato de que ele passa a ser uma direção, um rumo para as ações da escola. É uma ação intencional que deve ser definida coletivamente, com conseqüente compromisso coletivo.

Pensando na função social da Educação e no valor formativo, a Instituição Escolar sempre foi símbolo para a sociedade; nos ideais dialéticos, construtivistas e sócios históricos que regem a Escola contemporânea. Compreendendo a importância do papel da educação no desenvolvimento dos seres humanos, baseada no desenvolvimento integral das pessoas numa filosofia marxista, no enfoque construtivista e na importância do contexto social e das relações estabelecidas, a fim de se efetivar a formação do aprendiz na cidadania e para a cidadania, advém a necessidade das escolas construir seu Projeto Político Pedagógico.

Pensando dessa forma, surge uma grande questão norteadora que deverá ser abordada:

Como inserir e acompanhar a aplicabilidade do projeto político pedagógico da Escola Municipal Braga I de forma a proporcionar aos alunos, professores, pais, comunidade e demais segmentos da instituição escolar momentos de reflexão, levando-os despertar a consciência em relação a sua identidade, buscando assim valorizá-la e respeitá-la como tal?

CAPITULO II

2.1 –Noção de identidade quilombola na pós- modernidade

Começamos a definir a construção da identidade étnica especialmente dos remanescentes de quilombos, a qual dedica-se atenção nesta pesquisa, a partir de dois eixos estruturantes. O primeiro eixo que ajuda na conceituação de identidade étnica passa pela preservação da memória coletiva dos quilombolas (HALBWACHS, 1990). A memória coletiva se apresenta na estrutura organizacional da comunidade quilombola, constituindo-se como elemento importante da tradição, das lembranças e das histórias do grupo, já que são atualizadas nas interações sociais cotidianas.

O segundo eixo estruturante da identidade étnica se refere ao pertencimento à comunidade quilombola. Quando ligamos a identidade ao pertencimento estamos certos de que ela também se apoia na história e na cultura dessa população. Logo, o pertencimento, a origem, as crenças dos quilombolas não devem ser vistos como algo estático, fixo e imutável, pelo contrário, há elementos de dinamicidade e de reapropriações dos sujeitos no interior da comunidade. E, a importância de verificar esses dois eixos como construtores da identidade étnica se justifica pela possibilidade de conectá-los ao processo de reconhecimento (GOHN, 2008).

O reconhecimento da identidade étnica implica tanto nas ações internas quanto externas. Os quilombolas se relacionam com as Instituições Públicas numa luta incansável em prol do reconhecimento da comunidade enquanto remanescentes de quilombo e buscam a permanência no local através da regularização fundiária. Vale ressaltar que a permanência dos quilombolas na terra, não é a terra pela terra, mas a conquista do espaço enquanto construtor de história e de memória do povo. Esses fatores contribuem também para o reconhecimento de uma identidade étnica que implica nas ações internas.

Para Gohn, ao conectar a identidade ao reconhecimento, “inicia-se o processo de dar sentido às ações, individuais ou coletivas. Nesse processo, os indivíduos transformam-se em sujeitos” (2008, p. 32). Ao serem reconhecidos enquanto sujeitos, os quilombolas passam a dar sentido às suas ações, participam do processo, interagem com as produções simbólicas e produzem novos significados, uma vez que estão abertos às

possibilidades que surgem e atentos às mudanças socioculturais e econômicas que ocorrem dentro e fora da comunidade.

Os grupos que hoje são considerados remanescentes de comunidades de quilombos se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos, que incluem as fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas, mas também as heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, a simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua extinção.

Dentro de uma visão ampliada, que considera as diversas origens e histórias desses grupos, uma denominação também possível para estes agrupamentos identificados como remanescentes de quilombo seria a de “terras de preto ou território negro” tal como é utilizada por vários autores tais como COSTA e SAVIANNI, que enfatizam a sua condição de coletividades camponesa, definida pelo compartilhamento de um território e de uma identidade.

A promulgação da constituição e a necessidade de regulamentação do Artigo 68 provocaram discussões de cunho técnico e acadêmico que levaram a esta revisão dos conceitos clássicos que dominavam a historiografia sobre a escravidão, instaurando a relativização e adequação dos critérios para se conceituar quilombo, de modo que a maioria dos grupos que hoje, efetivamente, reivindicam a titulação de suas terras, pudesse ser contemplada por esta categoria, uma vez demonstrada, por meio de estudos científicos, a existência de uma identidade social e étnica por eles compartilhada, bem como a antiguidade da ocupação de suas terras e, ainda, sua resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar.

Assim, em consonância com o moderno conceito antropológico aqui disposto, a condição de remanescente de quilombo. É também definida de forma dilatada e enfatiza os elementos identidade e território. Com efeito, o termo em questão indica: a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos e é utilizado para designar um legado, uma herança cultural e material que lhe confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar específico.

Este sentimento de pertença a um grupo e a uma terra é uma forma de expressão da identidade étnica e da territorialidade, construídas sempre em relação aos outros grupos com os quais os quilombolas se confrontam e se relacionam. Estes dois conceitos são fundamentais e estão sempre inter-relacionados no caso das comunidades negras rurais, pois a presença e o interesse de brancos e negros sobre um mesmo espaço físico e social, revelando dizer de Bandeira, aspectos encobertos das relações raciais. (GUSMÃO, op.cit.:14).

Nas diversas comunidades quilombolas, é possível observar a consciência de ter sua origem, no Brasil, associada aos vários processos de resistência à escravidão negra, no passado, e à luta pelo território, pela identidade étnico-racial e pelas suas especificidades históricas, sociais, culturais, políticas e econômicas, no presente.

Podemos dizer que o lugar da luta por espaço, vida, ancestralidade, memória, conhecimentos tradicionais, formas de cura e de cuidado faz parte do processo de construção da identidade dos quilombolas.

Um processo intrinsecamente ligado a um histórico de resistência, construído de acordo com as especificidades locais, regionais, políticas e culturais de cada comunidade quilombola.

Entendidas como comunidades tradicionais, a construção da identidade e as diferentes formas de organização e luta (seja ela política, seja ela cotidiana) fazem parte da noção de pertencimento e laços grupais construídos pelos quilombolas. Além disso, o fato de serem grupos classificados como negros e de assim se autodenominarem traz elementos mais complexos a essas identidades.

As comunidades quilombolas na luta pelos seus direitos à terra, ao território, à memória e aos conhecimentos tradicionais vivem as mais diversas situações de racismo: no cotidiano, na relação com os grandes proprietários de terra e das grandes imobiliárias e nas escolas

Portanto, a discriminação e o preconceito raciais são elementos que compõem as cenas e situações de violência que essas comunidades enfrentam quando lutam pelo direito ao reconhecimento e pela titulação de suas terras. Aos embates enfrentados pelos quilombolas na luta pelo reconhecimento como sujeitos e cidadãos e pelo direito à terra e ao território somam-se olhares, perspectivas e discursos racistas.

Tal situação exigiu que as organizações quilombolas passassem a compreender melhor e inserir a luta contra o racismo nas suas demandas e reivindicações. Essa inserção é também mais um aprendizado no interior das próprias comunidades e tem possibilitado maior aproximação entre o Movimento Quilombola e as organizações do Movimento Negro.

Por isso, não se pode dissociar a identidade quilombola dos processos complexos de construção da identidade étnico-racial no Brasil. Entendendo sempre que todo e qualquer processo identitário é dinâmico, mutável, interage com outras identidades, possui dimensão relacional e está ligado às noções de pertencimento.

2.2 - Identidade e território quilombola: uma disputa de poder

As comunidades quilombolas (negras) no Brasil enfrentam diversos obstáculos na garantia de direitos aos seus territórios ancestrais e neste contexto de lutas identidades político/culturais são criadas, recriadas ou inventadas.

A invenção de identidades político-cultural é recorrente, ela acontece sempre que determina do grupo põe-se em movimento para reivindicar o que lhe é essencial. No caso das comunidades quilombolas, a terra.

É necessário então entender a constituição da identidade quilombola face à necessidade de luta pela manutenção ou reconquista de um território material e simbólico, pois o processo de territorialização pressupõe a tensão nas relações estabelecidas.

Quando um grupo se organiza em prol de territorializar-se ele está negando o lugar que lhe havia sido destinado, numa dada circunstância espaço-temporal, ou seja, está negando o lugar marginal que lhe havia sido designado pela sociedade abrangente, seja por grandes empresas privadas que plantam eucalipto ou cana-de-açúcar em seus territórios, seja pelo próprio poder público que lhes impõe áreas protegidas, ambos disputando territórios com populações quilombolas.

Contudo, o problema posto para pesquisa nos coloca a necessidade de uma reflexão teórica para além da luta de comunidades quilombolas por seus territórios ancestrais e que encontra suas bases sobre a ideia de raça, que no contexto da

colonização das Américas e instituição do capitalismo colonial eurocentrado, foi conveniente, pois implicou na classificação social a partir do que se denominou “raças”.

Analisando a formação cultural de nosso país percebem-se as marcas dessa história colonial. No Brasil, particularmente os colonizadores exterminaram grande parte das diversas etnias indígenas existentes. Trouxeram como mercadoria os negros africanos, também de diferentes etnias, para o trabalho escravo e instituíram assim uma sociedade de dominantes (brancos europeus) e dominados (negros, indígenas, mestiços). A sobreposição entre classe social e cor continuou mesmo depois da abolição da escravatura no país. Imigrantes europeus e asiáticos (brancos e amarelos) vêm embranquecer nosso país e a lógica classe e cor perpetua-se.

As territorialidades são instituídas por sujeitos sociais em situações historicamente determinadas. Se hoje existem territórios quilombolas é por que em um momento histórico dado um grupo se posicionou aproveitando uma correlação de forças políticas favoráveis e instituiu um direito que fez multiplicar os sujeitos sociais e as disputas territoriais.

Territorializar-se significa ter poder e autonomia para estabelecer determinado modo de vida em um espaço, dando continuidade à reprodução material e simbólica deste modo de vida.

A sobreposição de territórios implica necessariamente em uma disputa de poder. Desta forma, as comunidades quilombolas ao se organizarem pelo direito aos territórios ancestrais, elas não estão apenas lutando por demarcação de terras, as quais elas têm absoluto direito, mas, sobretudo elas estão fazendo valer seus direitos a um modo de vida.

Estes territórios são alvos de diversos conflitos e disputas, pois via de regra, são sobrepostos a remanescentes florestais, cobiçados tanto para o avanço de monoculturas como a do eucalipto e da cana-de-açúcar, ou expansões urbanas, quanto para áreas restritas à preservação ambiental.

Desta forma, no Quilombo Mesquita essa disputa não foge à regra e existe uma disputa territorial no sentido dos remanescentes que lá residem e buscam o

fortalecimento de seu povo com sua cultura, tradições e direito á sua terra com “invasores”, vindos do meio urbano que compraram ilegalmente.

Em 2003 começou o processo para o reconhecimento da comunidade remanescente quilombola e a demarcação das terras. Em 2006 o Quilombo Mesquita foi reconhecido pela Fundação Palmares. O certificado da condição quilombola emitido pela Fundação é o primeiro passo dos procedimentos para a delimitação das terras dos remanescentes das comunidades, bem como a determinação de suas demarcações e titulações pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), segundo Decreto nº 4.887, de 20/11/2003. Em 2010 o INCRA finalizou o RTID (Relatório Técnico de Identificação e Delimitação) para demarcação dos limites das terras e dos limites de eventuais propriedades existentes no território do quilombo.

De lá até agora, algumas fazendas, chácaras ou pessoas não quilombolas, que habitam as terras dentro da demarcação, foram notificadas sobre a desocupação para a titulação das terras do quilombo e pelo menos três fazendas estão em processo de integrar os direitos quilombolas, o que permitiria que parte dos moradores possa expandir suas lavouras.

Mas ainda faltam etapas até ter a titulação das terras, que significa a definição do tamanho do quilombo e a entrega do título definitivo de propriedade coletiva aos remanescentes quilombolas.

Com a expansão de Brasília e a construção da Cidade Ocidental, o quilombo vem sendo assediado também por grandes empreiteiras que pretendem construir condomínios, e por um grande número de pessoas, moradores do distrito federal, que compram frações de terra para a construção de casas de “fim de semana”.

Um dos motivos da crise identitária e cultural do Quilombo Mesquita, está no fato de que alguns moradores, que se recusam a denominação quilombola, e se posicionam contra delimitação do quilombo – fato que é constantemente lembrado pelos demais moradores. As justificativas são de que recebem constantemente ofertas para vendas das terras, ou se vinculam a políticos contrários à demarcação. Outros dizem que a resistência é por conta de que ao definir como quilombo as terras são tituladas coletivamente e não poderão ser vendidas.

Há, todavia, uma pulsão forte de muitos moradores e colaboradores para a finalização do processo e a organização dos trabalhos coletivos. Com certeza, todos esses fatores refletem na escola trazendo limitações e dificuldades na elaboração e execução do projeto político pedagógico.

2.3 - A legislação e a educação quilombola

A escola deve ser uma instituição com finalidade de dar ao educando a formação global, visando ao desenvolvimento harmonioso de sua personalidade, adotando técnicas modernas de aprendizagem, integrando ao meio, objetivando seu crescimento e dando oportunidade de se tornar um ser humano basicamente feliz.

Por isso, a Escola Municipal Braga I, buscará ministrar seu ensino com base nos princípios estabelecidos no Título II, art. 2º e 3º da Lei 9.394/96 e Capítulo III, sessão I, Art.206, da Constituição Federal, República Federativa do Brasil, de 1988.

Essa filosofia de Educação é resultante de uma ação educativa a nível nacional e contempla:

A Educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade em ideais de solidariedade humana e tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (1988, Consituição Federal, pág1)

E ainda:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – Igualdade e condições para o acesso e permanência na escola;

II – Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III – Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV – Respeito à liberdade e apreço a tolerância;

V – Coexistência de instituições privadas de ensino;

VI – Gratuidade de ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII – Valorização do profissional da educação escola;

VIII – Gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX – Garantia de padrão de qualidade;

X – Valorização da experiência extra-escolar;

XI – Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

(1996, LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, art 3º)

DOS PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Art. 6º A Educação Escolar Quilombola rege-se nas suas práticas e ações político-pedagógicas pelos seguintes princípios:

I - direito à igualdade, liberdade, diversidade e pluralidade;

II - direito à educação pública, gratuita e de qualidade;

III - respeito e reconhecimento da história e da cultura afro-brasileira como elementos estruturantes do processo civilizatório nacional;

IV - proteção das manifestações da cultura afro-brasileira;

V - valorização da diversidade étnico-racial;

VI - promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, credo, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

VII - garantia dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais, ambientais e do controle social das comunidades quilombolas;

VIII - reconhecimento dos quilombolas como povos ou comunidades tradicionais;

XIX - conhecimento dos processos históricos de luta pela regularização dos territórios tradicionais dos povos quilombolas;

X - direito ao etno-desenvolvimento entendido como modelo de desenvolvimento alternativo que considera a participação das comunidades quilombolas, as suas tradições locais, o seu ponto de vista ecológico, a sustentabilidade e as suas formas de produção do trabalho e de vida;

XI - superação do racismo – institucional, ambiental, alimentar, entre outros – e a eliminação de toda e qualquer forma de preconceito e discriminação racial;

XII - respeito à diversidade religiosa, ambiental e sexual;

XV - superação de toda e qualquer prática de sexismo, machismo, homofobia, lesbofobia e transfobia;

XVI - reconhecimento e respeito da história dos quilombos, dos espaços e dos tempos nos quais as crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos quilombolas aprendem e se educam;

XVII - direito dos estudantes, dos profissionais da educação e da comunidade de se apropriarem dos conhecimentos tradicionais e das formas de produção das comunidades quilombolas de modo a contribuir para o seu reconhecimento, valorização e continuidade;

XVIII - trabalho como princípio educativo das ações didático-pedagógicas da escola;

XIX - valorização das ações de cooperação e de solidariedade presentes na história das comunidades quilombolas, a fim de contribuir para o fortalecimento das redes de colaboração solidária por elas construídas;

XX - reconhecimento do lugar social, cultural, político, econômico, educativo e ecológico ocupado pelas mulheres no processo histórico de organização das comunidades quilombolas e construção de práticas educativas que visem à superação de todas as formas de violência racial e de gênero.

Art. 7º Os princípios da Educação Escolar Quilombola deverão ser garantidos por meio das seguintes ações:

I - construção de escolas públicas em territórios quilombolas, por parte do poder público, sem prejuízo da ação de ONG e outras instituições comunitárias;

II - adequação da estrutura física das escolas ao contexto quilombola, considerando os aspectos ambientais, econômicos e sócio educacionais de cada quilombo;

III - garantia de condições de acessibilidade nas escolas;

IV - presença preferencial de professores e gestores quilombolas nas escolas quilombolas e nas escolas que recebem estudantes oriundos de territórios quilombolas;

V - garantia de formação inicial e continuada para os docentes para atuação na Educação Escolar Quilombola;

VI - garantia do protagonismo dos estudantes quilombolas nos processos político-pedagógicos em todas as etapas e modalidades;

VII - implementação de um currículo escolar aberto, flexível e de caráter interdisciplinar, elaborado de modo a articular o conhecimento escolar e os conhecimentos construídos pelas comunidades quilombolas;

VIII - implementação de um projeto político-pedagógico que considere as especificidades históricas, culturais, sociais, políticas, econômicas e identitárias das comunidades quilombolas;

IX - efetivação da gestão democrática da escola com a participação das comunidades quilombolas e suas lideranças;

X - garantia de alimentação escolar voltada para as especificidades socioculturais das comunidades quilombolas;

XI - inserção da realidade quilombola em todo o material didático e de apoio pedagógico produzido em articulação com a comunidade, sistemas de ensino e instituições de Educação Superior;

XII - garantia do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei nº 9394/96, com a redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, e na Resolução CNE/CP nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004;

XIII - efetivação de uma educação escolar voltada para o etno desenvolvimento e para o desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas;

XIV - realização de processo educativo escolar que respeite as tradições e o patrimônio cultural dos povos quilombolas;

XV - garantia da participação dos quilombolas por meio de suas representações próprias em todos os órgãos e espaços deliberativos, consultivos e de monitoramento da política pública e demais temas de seu interesse imediato, conforme reza a Convenção 169 da OIT;

XVI - articulação da Educação Escolar Quilombola com as demais políticas públicas relacionadas aos direitos dos povos e comunidades tradicionais nas diferentes esferas de governo.

(2012, Resolução nº8. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Art. 6º e 7º)

A ideia chave do trabalho da escola respalda na relação pretendida a estabelecer com os professores, alunos e os conteúdos de aprendizagem através de atividades planejadas cuidadosamente. Estas são atividades significativas, voltadas para os alunos e os professores e deverão ter um propósito de ensinar e pensar, preparando os alunos para um futuro de resolução de problemas, de tomada de consciência, de decisões e favorecer a aprendizagem.

Apresentamos ainda alguns eixos fundamentais da proposta do trabalho pedagógico:

- Fazer com que os conteúdos deixem de ser um fim e sim um meio para ampliar a formação dos alunos e sua interação com a realidade de forma crítica e dinâmica;
- Desenvolver a criatividade;
- Possibilitar a resolução de problemas;
- Relacionar o conhecimento adquirido ao cotidiano dentro de um contexto e em sua globalidade;

Sendo assim, o ensino deve ser uma tarefa onde a reflexão deve ser a razão da escolha definida, corrigindo rumo a cada passo dado. Os mecanismos didáticos e os recursos pedagógicos ajudam, porém sozinhos, não são o núcleo de um ensino autêntico.

Sendo assim, a LDB garante os direitos da Educação Básica nas peculiaridades da Educação Quilombola, da seguinte forma:

Art. 9º A organização da Educação Escolar Quilombola, em cada etapa da Educação Básica, poderá assumir variadas formas, de acordo com o art. 23 da LDB, tais como:

I - séries anuais;

II - períodos semestrais;

III - ciclos;

IV - alternância regular de períodos de estudos com tempos e espaços específicos;

V - grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

Art. 10 O calendário da Educação Escolar Quilombola deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas, econômicas e socioculturais, a critério do respectivo sistema de ensino e do projeto político-pedagógico da escola, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto na LDB.

§ 1º O Dia Nacional da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro, deve ser instituído nos estabelecimentos públicos e privados de ensino que ofertam a Educação Escolar Quilombola, nos termos do art. 79-B da LDB, com redação dada pela Lei nº 10.639/2003, e na Resolução CNE/CP nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004.

§ 2º O calendário escolar deve incluir as datas consideradas mais significativas para a população negra e para cada comunidade quilombola, de acordo com a região e a localidade, consultadas as comunidades e lideranças quilombolas.

(1996, LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, art 9º e 10º)

2.4 – Discussão e elaboração do PPP da Escola Municipal Braga I

O projeto político-pedagógico (PPP) é um dos eixos da educação escolar de maneira geral e que possui particularidades quando pensamos a Educação Escolar Quilombola. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, o PPP, nomeado na LDB como proposta ou projeto pedagógico, representa mais do que um documento.

Aquelas Diretrizes orientam que “o ponto de partida para a conquista da autonomia pela instituição educacional tem por base a construção da identidade de cada escola, cuja manifestação se expressa no seu Projeto Pedagógico e no regimento escolar próprio, enquanto manifestação de seu ideal de educação e que permite uma nova e democrática ordenação pedagógica das relações escolares”.

O projeto político-pedagógico deve, pois, ser assumido pela comunidade educativa, ao mesmo tempo, como sua força indutora do processo participativo na instituição e como um dos instrumentos de conciliação das diferenças, de busca da construção de responsabilidade compartilhada por todos os membros integrantes da

comunidade escolar, sujeitos históricos concretos, situados num cenário geopolítico preenchido por situações cotidianas desafiantes.” (p. 27)

A Escola Municipal Braga I por diversas vezes, se reuniu com a comunidade escolar (pais, alunos, professores, funcionários e representantes da associação de moradores e ONG´s que auxiliam a comunidade com projetos sociais num longo debate primeiramente pelo estudo de um diagnóstico sobre a realidade da comunidade quilombola e da própria escola.

Sendo, concomitantemente, um processo e um documento em que se registra o resultado das negociações estabelecidas por aqueles atores que estudam a escola e por ela respondem em parceria (gestores, professores, técnicos e demais funcionários, representação estudantil, representação da família e da comunidade local), o PPP deverá expressar as especificidades históricas, sociais, culturais, econômicas e étnico-raciais da comunidade quilombola na qual a escola se insere ou é atendida por ela.

O PPP diz respeito ao planejamento, o qual é mais do que uma ação técnica, ou melhor, é antes de tudo política. Portanto, o PPP das escolas quilombolas e das escolas que atendem os estudantes oriundos de territórios quilombolas deverá ser uma proposta “transgressora”, que induza um currículo também transgressor, que rompa com práticas ainda inflexíveis, com os tempos e espaços escolares rígidos na relação entre o ensinar e o aprender, com a visão estereotipada e preconceituosa sobre a história e a cultura de matrizes afro-brasileira e africana no Brasil.

Deverá ainda tematizar, de forma profunda e conceitualmente competente, as questões do racismo, os conflitos em relação á terra, a importância do território, a cultura, o trabalho, a memória e a oralidade.

Segundo Silva, D. (2007), para a construção do projeto político-pedagógico da Educação Escolar Quilombola, um passo fundamental é elaborar um diagnóstico da realidade, num processo que envolva as pessoas da comunidade e as diversas organizações existentes no território.

Identificar o que elas pensam sobre educação e como a educação pode influenciar no seu modo de existir, na sua forma de vivenciar o presente e definir o futuro.

A equipe envolvida no processo da construção do PPP incluía alunos, pais, servidores administrativos, da limpeza, professores e um grupo de pessoas envolvidas com a associação de moradores do Quilombo Mesquita. A ASSOCIAÇÃO RENOVADORA DO QUILOMBO MESQUITA, fundada em 2003, que sempre luta em prol do processo na afirmação identitária da comunidade, na regularização fundiária do território quilombola, na valorização dos agricultores, na luta pela adequação da escola à sua realidade e referências culturais – por uma educação escolar quilombola -, inclusive na elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico da escola, na realização de intercâmbio com outros quilombos e buscando garantir a efetivação de políticas públicas junto às instâncias governamentais municipais, estaduais e federais.

Esse grupo inicialmente teve a preocupação de realizar um diagnóstico para auxiliar na formulação do PPP da Educação Escolar Quilombola, bem como seria o eixo orientador da proposta curricular a ser desenvolvida pela Escola Municipal Braga I.

Construir o PPP com certeza, será uma forma de autoconhecimento da escola e seus profissionais e de conhecimento do seu contexto. Para elaborá-lo, é necessário envolver o coletivo da escola e da comunidade. Seriam oportunas à escola e aos profissionais da educação, discente se a comunidade levantasse mais algumas indagações: Quem são os sujeitos centrais do projeto político pedagógico ser construído? Qual é o objetivo central do PPP que estamos elaborando? O que vamos fazer para alcançá-lo? Com quem? Quando? Quais serão nossos parceiros? Como envolver a gestão do sistema de ensino na realização do PPP? De quais recursos materiais e financeiros precisaremos para desenvolver essa proposta? Como as ações do PPP serão desenvolvidas em curto, médio e longo prazos?

De acordo com Silva, D. (2007), a construção do PPP é uma forma de a escola dar sentido ao seu saber fazer enquanto instituição escolar. Nesse processo, ações são construídas, desconstruídas e reconstruídas. O ideal é que elas sejam feitas de forma participativa, envolvendo todos os sujeitos. Trata-se de um processo no qual a escola revela seus compromissos, suas intenções e principalmente sua identidade e de seus integrantes.

A escola se transforma na ação e poderá chegar a novas situações, construirá outras práticas e uma relação horizontal entre a ciência e os conhecimentos tradicionais produzidos pelas comunidades quilombolas.

Para que tais ações aconteçam, a escola precisará do apoio do poder público local e da realização de algumas atividades, a saber: mobilizar a comunidade quilombola rural ou urbana para que seja sujeito na construção do PPP; registrar as práticas e as experiências de educação existentes nas comunidades quilombolas, sobretudo valorizando a sabedoria dos anciãos; valorizar os saberes da terra, os saberes aprendidos no trabalho, a ancestralidade construída no interior das diferentes comunidades quilombolas; organizar, dialogar com as secretarias estaduais e municipais a fim de conseguir tempo, espaço para discussão e desenvolvimento de processos de formação continuada em serviço de professores em atuação na Educação Escolar Quilombola e estabelecer ações intersetoriais.

O PPP da Educação Escolar Quilombola deverá ser, nos dizeres de Santos, B. (1996), um projeto emancipatório baseado em um perfil epistemológico que abriga um conflito. O conflito é visto, aqui, ocupando o centro de toda experiência pedagógica emancipatória. Segundo o autor, o conflito serve, antes de tudo, para desestabilizar os modelos epistemológicos dominantes e para olhar o passado através do sofrimento humano que, por via deles e da iniciativa humana a eles referida, foi indesculpavelmente causado.

Esse olhar produzirá imagens desestabilizadoras, susceptíveis de desenvolver nos estudantes e nos professores a capacidade de espanto e de indignação e uma postura de inconformismo. Estas são necessárias para olhar com empenho os modelos dominados ou emergentes por meio dos quais é possível aprender um novo tipo de relacionamento entre saberes e, portanto, entre pessoas e grupos sociais. Poderá emergir daí um relacionamento mais igualitário e mais justo que nos faça apreender o mundo de forma edificante, emancipatória e multicultural.

2.5 – Identidade e construção do PPP

Quando a escola assume a responsabilidade de atuar na transformação e na busca do desenvolvimento social, seus agentes devem empenhar na elaboração de uma proposta para a realização desse objetivo.

Por isso, define-se a postura da escola como a de trabalhar no sentido de formar cidadãos conscientes, capazes de compreender e criticar a realidade, atuando na busca da superação das desigualdades e do respeito ao ser humano.

Na dimensão pedagógica, reside a intencionalidade da escola, que é a de formar cidadãos participativos, responsáveis, compromissados, críticos e criativos.

Visto a realidade em que vivencia a escola, em que a maior parte dos alunos pertence à classe baixa e oriunda na sua maioria, da área periférica e zona rural. Constituindo assim como uma escola quilombola, situada em uma Comunidade Remanescente Quilombola. Entende-se haver a necessidade de um tipo de formação que possa atender às expectativas das vivências diárias desses alunos e para haver a construção de uma escola que dê conta de atender essa característica de “educação quilombola”, passa necessariamente pelo entendimento de que se deve possibilitar a reflexão a partir do lugar em que ela esta localizada; na prática social dos sujeitos a fim de se reconhecer a construção de uma identidade cultural e de um sentimento de pertencimento, condição fundamental para a formação que se almeja.

O conceito da escola em torno desse tipo de educação, passa pelo princípio de que ela deve funcionar como um local de produção e socialização cultural, valorizando os saberes locais, estimulando a criação de novos saberes, visando ao pleno desenvolvimento do aluno.

Assim, a preocupação com a formação cidadã, humana e abrangente vem de encontro à realidade que enfrentamos, pois muitos dos problemas sociais e educacionais em que nos deparamos, contrapõe a problemas vigentes na sociedade, em caráter mais amplo.

A população escolar frente a questionamentos apresentados, define a importância da escola e um projeto de educação abrangendo os seguintes aspectos:

- _ A escola é um local que proporciona a socialização do aluno;
- _ É um ambiente que torna possível a criticidade, desenvolvendo nova visão de mundo, conscientizando sobre direitos e deveres, favorecendo a participação ativa e consciente do indivíduo em sociedade e estimula a vivência da cidadania plena;

_ A escola contribui para o enfrentamento dos desafios e das exigências do mercado de trabalho;

_ Favorece e complementa a formação integral da pessoa.

Entende-se que pensar o papel político e pedagógico que a escola cumpre no interior de uma sociedade, dividida em classes sociais, dentro de um modo de produção capitalista, implica em reconhecer a educação como um ato político, que possui uma intencionalidade e, contraditoriamente, vem contribuindo, ou para reforçar o modelo de sociedade, sua ideologia, a cultura e os saberes que são considerados relevantes, para os grupos que possuem maior poder, ou para desvelar a própria forma como a escola se articula com a sociedade e seu projeto político, se constituindo num espaço emancipatório, de construção de uma contra ideologia, onde a cultura e os saberes dos grupos sociais que historicamente têm sua história negada, silenciada, distorcida, esteja em diálogo permanente com os saberes historicamente acumulados e sistematizados na história humanidade.

Outra questão de grande relevância e que deve permear todo o trabalho escolar é o de que vivemos em uma sociedade em que as minorias sociais, especificamente a raça negra, os deficientes, a classe baixa, padece por conta da existência do preconceito.

Muitas vezes camuflado, porém, sem deixar de existir, atinge boa parte das pessoas, chegando à vivência escolar.

A própria História da Humanidade retrata a história vivida pelas minorias, em que são relatados fatos como a opressão, a exploração, a aculturação e a violência tanto física, como também a violência moral.

A forma de vivência e sobrevivência a que se submeteram essas minorias levou os a se tornar um povo lutador por seus direitos, embora nem sempre respeitados pela grande massa de exploradores. Surgem leis, ao longo dos tempos, em que tem como principal intuito, fazer com os direitos desse povo fossem respeitados e viabilizados em sociedade.

Surgem também diversas contribuições culturais, que mesmo massacrada, não desiste de firmar a riqueza de princípios, costumes e valores, especialmente da raça

negra. Princípios, costumes e valores que contribuem imensamente para a preservação e enriquecimento da cultura brasileira.

Percebe-se que paralelamente à situação vivenciada pelo negro e outras minorias no mundo, em nosso país, em nosso estado, no nosso município e especificamente, nas pequenas comunidades e aglomerações sociais, como nas escolas, retrata situações de desvalorização e preconceito, o que tem causado conflitos de identidade. É que podemos destacar na comunidade a qual a escola faz parte.

O homem contemporâneo se vê obrigado a conviver com um “verdadeiro espetáculo de diferenças” e percebe-se claramente isso nas escolas, em que se torna complicado o aluno tanto do Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II conviverem, aceitar e respeitar a diversidade.

Por isso, a visão da escola é de que deve haver um empreendimento no sentido de desenvolver um trabalho pedagógico, no sentido de contribuir para a construção de uma visão particular de convivência, em que nossos alunos possam debater pesquisar e construir outra visão quanto às diversidades.

Portanto, entende-se ser necessário partir de situação mais ampla, até abranger a própria realidade, ou seja, a própria escola, retratando não só as “amarguras” vivenciadas pelas minorias sociais ao longo do desenvolvimento da Humanidade, como também as grandes contribuições culturais deixadas por essas minorias e que se inserem de maneira significativa nos valores contemporâneos.

Parte-se do princípio de que resgatando valores de tolerância, convivência coletiva e respeito às diferenças estaremos contribuindo para que nosso aluno possa viver construir um tipo de sociedade diferente da que vivemos. Se não for possível a extinção do preconceito e da discriminação, permanece o sonho de uma sociedade mais digna para as futuras gerações.

A partir da realidade em que se insere a escola, parte-se do princípio de que ela deve dar conta de formar cidadãos conscientes de seu papel para com as mudanças sociais, não sendo mero expectador dos desafios enfrentados em sociedade, ser crítico, contribuindo para mudanças, responsável, autônomo, solidário, criativo, e capaz de responder aos desafios do mundo contemporâneo, usando o conhecimento aprendido na

escola para entender a sua realidade e contribuindo conseqüentemente, para as transformações necessárias; e estas transformações também estão ligadas a religiosidade da sociedade neste momento histórico, vale à pena destacar que a religiosidade pode funcionar como mecanismo de controle social.

Essa transformação passa a ser, instrumentalizada dentro das diversas instituições, como espiritualidade no contexto do mundo. E é dentro de uma perspectiva mais ampla de compreensão de religiosidade (em relação ao conceito de religião), e de psicologização de religião, que, talvez, se possa entender porque espiritualidade parece estar sendo considerada, fundamentalmente, como a procura por valores, por conexões, por vivências, que transcendam a materialidade. Uma postura devida que buscaria sentido, significado para o “estar” no mundo (família, trabalho) e equilíbrio entre as diversas esferas da vida (racional, afetiva, social), enfatizando uma postura humanista diante do mundo (amor, respeito ao próximo, fraternidade, ecologia).

Num processo educacional em que se trabalha a formação do cidadão de forma interdisciplinar não podemos deixar de lado a visão educacional de que o trabalho é um dos eixos do processo educativo, porque é através dele que o homem se modifica, ao modificar a natureza, também se modifica uma perspectiva que incorpora a própria história da formação humana.

Portanto, o trabalho deve ser o centro da formação humana em todo o ensino. Ter o trabalho como princípio educativo implica em compreender a natureza da relação que os homens estabelecem com o meio natural e social, bem como as relações sociais em suas tessituras institucionais, as quais desenham o que chamamos de sociedade. Assim, a educação é também uma manifestação histórica do estar e do fazer humano, o que fundamenta o processo de socialização.

CAPITULO III

3.1 Construindo o PPP na busca da identidade da Comunidade Quilombola Mesquita



Reuniões e estudos de discussão na construção do PPP – Escola Braga I
FONTE: CARVALHO, Fabiana.2015.
FIGURA 13

Para a realização dessa pesquisa, á princípio foi realizado um diagnóstico da situação real da comunidade e de toda a vivência escolar na Escola Municipal Braga II. Para realizar o diagnóstico, é necessário fazer algumas perguntas iniciais sobre a comunidade na qual a escola se insere, tais como: Quem somos? Onde estamos? Como vivemos? Há quanto tempo vivemos nessa comunidade? Quem são nossos ancestrais? Quais são os conhecimentos que aprendemos na vivência cotidiana da nossa comunidade?

Há perguntas sobre a própria escola: Qual é a escola que temos? Qual é a escola que queremos? O que aprendemos na escola e que tem relação com o que aprendemos em nossas comunidades?

O que aprendemos na escola e nos ajuda a compreender melhor a nossa história? E também nos ajuda a compreender melhor a sociedade em que vivemos? Quem são os professores e as professoras da nossa escola? Como lidam com a nossa comunidade?

O diagnóstico poderá identificar quais são, de fato, as necessidades educacionais da comunidade quilombola rural ou urbana, como, por exemplo:

Quantas e quais são as escolas quilombolas que existem no território quilombola no qual estamos inseridos? Quantas e quais são as escolas que existem nas proximidades desse território e que atendem os quilombolas? Quais são as etapas e modalidades da Educação Básica ofertadas pelas escolas quilombolas e pelas escolas da região que atendem estudantes quilombolas? Existe nucleação escolar? Como ela é feita? Quais são os estudantes e qual é a faixa etária que ela atende? O que a nucleação escolar significa para a comunidade? Quais são as condições de transporte escolar? Como se dá a alimentação escolar nas escolas? Como estão as condições dos prédios escolares? A profissionalização dos docentes tem sido realizada de acordo com a Lei? Os profissionais da escola participam de processos de formação em serviço? Quem os oferta? Como? Quando? Essa oferta atende as necessidades desses profissionais e da escola? Como se dá a relação entre a gestão da escola, os profissionais, os estudantes e a comunidade? Como se dá a relação entre a escola, a comunidade e a gestão do sistema de ensino? O que a nossa escola necessita para atender à comunidade na qual está inserida? Que pontos positivos vemos na escola que temos? E negativos? Após a análise do diagnóstico dos dados colhidos pelo grupo envolvido, houve um grande debate envolvendo a questão na construção do Projeto Político Pedagógico.

E a partir de toda a discussão do diagnóstico, é que aconteceram diversas reuniões com discussões calorosas na construção do PPP. Um primeiro grupo e de minoria pertencia aos que defendiam a ideia de permanecerem com o núcleo comum dos conteúdos sem inserirem conteúdos com a identidade quilombola por acreditarem ser desnecessário. Esse grupo faz parte de uma pequena parcela da comunidade que têm propostas ou já venderam parte de suas terras aos “fundiários ilegais” e que preferem nem serem denominados por “quilombolas”.

Já o grupo muito maior defendeu durante todas as reuniões de discussão do PPP, uma luta resistente para construir o PPP, valorizando os conhecimentos do currículo convencional, porém também embasados no conhecimento e na luta da permanência e da busca de valores culturais, sociais e de identidade do povo quilombola na luta por sua identidade garantida nas ações pedagógicas e projetos desenvolvidos na escola.

Vale ressaltar que o tema do Projeto Político Pedagógico da Escola Braga I, é “**A ESCOLA RECONSTRUINDO SUA TRADIÇÃO**”. Tema este debatido e solicitado

por uma comunidade toda em busca de sua história e sua identidade e que essa discussão venha a ser indagada e trabalhada no espaço escolar dessa comunidade.

Como o ano letivo já está no fim, a grande maioria desses projetos já estão em andamento na escola. Em alguns deles, já existe o desejo de uma remodelagem e em outros, percebe-se um grande sucesso na busca do objetivo maior.

Os principais princípios que devem nortear uma escola democrática se efetiva pela Igualdade e qualidade de ensino. Assim, o princípio da Igualdade se caracteriza pelas condições de acesso e permanência do aluno na escola, garantida pela mediação da mesma.

No tocante à qualidade, cabe aqui destacar que a escola não pode ser privilégio de determinadas classes sociais, mas sim, o desafio é o de propiciar uma qualidade de ensino para todos.

A escola que queremos deve evitar todas as maneiras possíveis à repetência e a evasão escolar. Tendo que garantir metas qualitativas do desempenho satisfatório de todos. “Qualidade para todos”. É preciso garantir a permanência dos educandos que ingressarem nela, e esta competência de qualidade para todos, depende dos meios, por isso a qualidade implica consciência crítica e capacidade de ação, saber e mudar.

No entanto, para que haja a garantia de educação de qualidade ao decorrer do ano letivo fomentamos os seguintes projetos e ações a serem desenvolvidos no decorrer do ano letivo:

- **Projeto Mais Educação:** Projeto este em que o aluno fica na escola em tempo integral. Num turno, realiza atividades em sala de aula e em outro participa de atividades de dança, jardinagem, horta, aulas de reforço. Atividades essas que oportunizam uma busca de sua identidade cultural e social. Ele é desenvolvido ao longo do ano letivo, sendo este de nível federal. O grande objetivo do mesmo é desenvolver o senso criativo, participativo e responsável do educando. Já que os mesmos estão inseridos no processo de transformação da sociedade a qual fazem parte. Levando-os serem conhecedores no processo de construção de suas identidades e raízes cultural.

Sendo desenvolvidas as seguintes oficinas: Artesanato e cultura local, Esporte e Lazer, Meio Ambiente e reforço escolar: Matemática e Língua Portuguesa e oficina de

dança onde existe na escola um grupo denominado SOM DE QUILOMBO que traz em suas coreografias e trajes, um resgate das tradições dos quilombolas.

- **Projeto Sexualidade X Drogas:** trabalho de reflexão na adolescência e pré-adolescência exigindo um leque de entendimentos e debates mais amplos que envolvam as questões culturais, sociais e afetivas. Buscando a autonomia dos mesmos com relação ao assunto em questão e que aprendam a valorizar o seu próprio corpo e do próximo. Minimizando ainda o índice da vida sexual precoce e doenças inerentes ao tema em questão, contribuir na conscientização do assunto em questão, mostrando aos alunos os malefícios causados pelos todos os tipos de drogas, seja lícito ou ilícito.

- **Projeto Jornal na Sala de Aula:** tendo em vista a falta de hábito pela leitura, escrita e leitura de diferentes gêneros e tipos de textuais; o mesmo visa despertar o interesse pela leitura e escrita, através dos próprios textos produzidos por eles. Inclusive inserindo textos sobre a história da comunidade Quilombola Mesquita, bem como seus hábitos e tradições.

- **Projeto leitura é essencial:** busca despertar no educando o desejo pela leitura de maneira criativa e inovadora

- **Projeto Rodízio de Leitura:** observando as dificuldades com relação ao nível que se encontra alguns alunos de 1º ao 3º ano em relação à leitura e a escrita, fez-se necessário o desenvolvimento desse projeto, com o objetivo de minimizar as dificuldades apresentadas pelos alunos, para que a turma não fique em níveis diferentes na aprendizagem.

- **Projeto Horta:** despertar no educando o cuidado com o meio ambiente escolar, cuidando do espaço interno e externo da sala ou da escola. Levando-os a reflexão sobre o ambiente que nos cerca e repensar das responsabilidades e atitudes com relação ao impacto ambiental.

- **Projeto: Respeito à diversidade, relações interpessoais na escola:** proporcionar aos alunos, professores, pais, comunidade e demais segmento da instituição escolar momentos de reflexão, levando-os a despertar a consciência em relação a sua identidade, buscando assim valorizá-la e respeitá-la como tal.

- **Projeto higiene:** proporcionar aos alunos o conhecimento e o bom uso dos hábitos de higiene não só pessoal, mas no ambiente escolar também.
- **Projeto Recreio dirigido:** proporcionar aos alunos atividades diversificadas no horário do intervalo para que diminua o número de brigas, lesões e depredações ao patrimônio público.
- **Projeto família na escola:** trazer a família para ter um contato maior com a escola, unificando assim a relação família X escola.

Além dos projetos supracitados, deverão ser desenvolvidas com os educando, algumas ações pertinentes as datas comemorativas: abolição da escravatura, 19 de maio dia da certificação quilombola, páscoa, dias das mães, festa junina, 15 de agosto dia de Nossa senhora da Abadia, semana do estudante, independência, semana da criança, consciência negra e natal.

Sabe-se que o PPP das escolas deve estar em permanente atualização para acompanhar os anseios da sociedade em relação á educação, colocando o ensino em maior sintonia com as exigências da sociedade da informação, da inclusão social, da cidadania participativa e responsável e da economia globalizada. Além de proporcionar aos alunos uma educação em que os conteúdos trabalhados possam ser definidos e aplicados por eles.

Isso reflete na dinamicidade do conhecimento e na constante reorganização dos saberes escolares, sendo que as permanentes atualizações e discussões não devem ser impostas, mas elaboradas no coletivo da escola, no intuito de se construir um conjunto de ideias que sirvam de base ao ensino aprendizagem, até mesmo porque devido ao amplo e variado quadro de profissionais há a necessidade de se ter diretrizes para condução do ato de ensinar. Devendo ainda como se trata de uma comunidade remanescente quilombola deve ser levado ser trabalhado com afinco a realidade local a qual se encontra: cultura, culinária, tradições, etc. Trabalhando assim a interdisciplinaridade e contextualização na articulação entre os diferentes campos do conhecimento, por meio do diálogo entre disciplinas diversas e do estudo e pesquisa de temas da realidade dos estudantes e de sua comunidade.

Dessa forma, torna-se mais possível a diminuição da distância entre intenção e ação, sendo que prática experiência e reflexão passam a caminhar juntas para o êxito docente.

Formação Continuada

A realidade educacional vista hoje exige dos profissionais uma constante atualização. Para isso, há a necessidade de se abrir espaços para um aspecto mais amplo. Que seria uma política para a formação do educador em serviço, traduzida em programas e ações diversificadas, atendendo aos anseios dos educadores e demais segmentos da instituição escolar. A formação continuada realizada pelos profissionais da educação desta instituição é ofertada pela Secretaria de Educação, Desporto e Lazer (setorizadas), e em parceria com o Ministério da Educação (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa). Além das formações ofertadas pelo MEC e/ ou pela Secretaria de Educação Municipal, temos a formação continuada dentro do âmbito escolar em parceria com o INESC. A formação supracitada aborda temas inerentes as Diretrizes da Educação Quilombola.

É necessário que seja proporcionado formação aos profissionais da educação em relação às Diretrizes de Educação Quilombola, ofertada pela Secretaria Municipal de Educação. Uma vez que houve no ano de 2012, sendo esta ofertada esta pela Universidade Federal de Goiás em parceria com o Ministério da Educação. Mas nem todos os docentes tiveram oportunidade de fazê-lo, por se tratar de um curso on-line e semipresencial. Onde os encontros foram realizados no polo de Anápolis- Goiás.

CAPITULO IV

4.1 Dos conceitos e análises às intervenções de sucesso na construção do PPP

A pesquisa em estudo teve como ponto mais relevante e desafiador a construção do projeto político pedagógico na Escola Municipal Aleixo Pereira Braga I, reforçando o reconhecimento dos seus alunos com a identidade quilombola. A iniciativa nasceu inicialmente do diagnóstico de que os estudantes estavam se distanciando dessa tradição por conta do racismo e por perderem parte de sua história pela ausência do resgate de sua cultura e tradições.

Para atingir esse objetivo, a escola promoveu uma grande discussão de pais, alunos, associação de moradores e toda a comunidade local na construção do PPP da escola em questão. Buscando fortalecer o conhecimento sobre a história e origem do povo da Comunidade Quilombola Mesquita. Isso tem estimulado os alunos para o conhecimento sobre a história de opressão e luta dos antepassados dos moradores e a atual situação em que vive a comunidade quilombola.

“Eu vejo a construção do projeto político pedagógico da escola local, como um projeto muito importante para o ensino, pois permite que o aluno conheça a origem e a história do nosso povo, além de mostrar que a escola faz parte da nossa realidade”, afirma a líder comunitária e vereadora Sandra Braga.

Já no fim do ano letivo de 2015, o que foi percebido pelo grupo participante da construção do PPP é que houve um grande avanço nos resultados possíveis com relação ao desenvolvimento escolar dos educando, apesar de se saber o quanto ainda é preciso avançar na busca da identidade cultural, social e econômica dessa nova geração de remanescentes quilombolas e que isso somente é possível tendo a base da escola.

Para isso percebeu-se também que foi o grande empenho e comprometimento de todos que estão inseridos no processo ensino-aprendizagem. Isso incluiu a equipe escolar e também a comunidade que participou ativamente das reuniões e debates ocorridos na escola.

Coube a cada um a responsabilidade de participar, se envolver em tudo que foi planejado no início do ano letivo e colaborar para o êxito no processo escolar através do desenvolvimento de projetos fomentados e avaliação cotidiana.

Por a escola ser uma escola quilombola, a grande preocupação é trabalhar de forma que a comunidade seja valorizada em relação ao desenvolvimento cultural, social, econômico e político. Trazida, vivenciada e implantada pela população negra, aonde a mesma vem perdendo-se ao longo do processo, devendo ser resgatada e repassada aos estudantes que não fazem parte da comunidade, para que assim possam conhecer a cultura do povo a qual a escola pertence, valorizando essa cultura. Aprendendo também a partilhar aos que não fazem parte da comunidade, no caso os visitantes.

Cabendo então, a escola levar a esses alunos a trocarem experiências com os demais alunos. Há ainda a preocupação em trabalhar na escola, a Lei nº10639/2003 alterou a Lei de Diretrizes e Bases (LDB - 9.394 / 1996), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" e dá outras providências, como incluir o dia 20 de novembro como "Dia Nacional da Consciência Negra"; prevê expressamente no caput do artigo 26-A que, " Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.". O parágrafo primeiro afirma que: "O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil". No segundo parágrafo consta que: "Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras".

Tudo isso, de forma clara e tendo como o norte a vivência da própria comunidade Quilombola Mesquita com suas tradições culturais, sociais e identitárias.

Há ainda por parte dos professores e de toda a comunidade e de todos os professores, uma grande preocupação na busca da identidade cultural e das tradições da comunidade quilombola e isso demanda uma troca de conhecimentos e vivências entre

todos os envolvidos no processo ensino aprendizagem. Isso traz a todos a responsabilidade de conhecer e relatar repassar, a história de forma precisa e coesa. A todos e principalmente aos professores, cabe ainda cuidar do envolvimento de todas as disciplinas (interdisciplinaridade) e séries ofertadas na instituição, buscando também zelar pelo cumprimento dos conteúdos preestabelecidos na síntese curricular municipal, adaptando-os a vivência do educando.

Para alcançar-se o que foi proposto, além do envolvimento e engajamento de todos envolvidos é necessário o compromisso de cada um, para que realmente alcancemos bons resultados no que foi planejado, zelando por uma educação plena e de qualidade. Para isso, deverão está todos envolvidos no cumprimento das metas traçadas. Isso implica em buscar alguns caminhos que sejam eficazes no processo de ensino aprendido.

Além de tudo que foi destacado a instituição, ao longo do ano letivo buscará desenvolver as seguintes metas e ações:

- Envolver os pais nas atividades realizadas na escola;
- Reestruturar o Conselho Escolar
- Promover gincanas culturais e esportivas;
- Realizar palestras envolvendo os temas: drogas, DSTS, higiene corporal e alimentação adequada;
- Projetos de ensino envolvendo os pais;
- Realizar exposições das atividades realizadas com os alunos, em reuniões e nos eventos escolares.
- Incentivar o resgate dos valores morais e culturais;
- Trabalhar com filmes e músicas que desperte o respeito mútuo;
- Promover trabalhos de campos, que levem o alunado a ter contato com que é apresentado em sala de aula.

- Convidar pessoas da comunidade para dar depoimentos e testemunho de vida e para conhecimento da história do Povoado Mesquita
- Elevar a qualidade do ensino aprendizagem;
- Realizar projetos envolvendo as datas cívicas e comemorativas, com temas de acontecimentos emergenciais conforme a necessidade do momento;
- Promover gincanas na área de matemática;
- Participar dos programas direcionados pelo MEC;
- Promover grupos de estudo com o corpo docente;
- Envolver professores e alunos em atividades culturais extra às atividades de rotina escolar;
- Realizar diagnósticos e análises de dados do desempenho acadêmico;
- Promover projetos de leitura, escrita e cálculos;
- Assegurar o cumprimento da Resolução 194/05;
- Promover estudo da Lei 194/05;
- Aplicar corretamente o sistema de avaliação;
- Informar os pais ou responsável, o método de avaliação que será aplicado em cada bimestre;
- Realizar o Conselho de Classe em conformidade com a Resolução 194/05.
- Trabalhar com toda a comunidade escolar conceitos de respeito, disciplina, responsabilidade, ética, amor ao próximo e outros;
- Abordar os temas transversais;
- Promover momentos de reflexão e palestras educativas que possam contribuir com a conscientização da comunidade escolar;
- Aplicar dinâmicas de grupo;

- Utilizar vídeos;
- Desenvolver projetos relacionados à ética, disciplina, responsabilidade e respeito mútuo.

Promover eventos educativos e recreativos;

- Promoção de eventos educativos por ocasião de datas cívicas e comemorativas relacionados ao: Meio Ambiente, Carnaval, Páscoa, Dia das Mães, Festa Junina, Dia dos Pais, Folclore, Dia do Estudante, Independência do Brasil, Dia das Crianças, Dia dos Professores, Natal; através de: Teatros, Excursões Culturais, Gincanas, Olimpíadas, Feira Cultural, Mostra Folclórica, Comemorações e Exposições de trabalhos em todas as áreas do conhecimento.

E ações inerentes a Lei de nº 10639/2003, para que assim os educandos possam ser multiplicadores no processo de desenvolvimento educacional.

Sendo estes desenvolvidos por todos que fazem parte do grupo escolar.

- África
- Povo africano e suas contribuições no desenvolvimento social, cultural e político no Brasil.
- Danças, artes, religiosidade, músicas, trazidas pelo povo africano.
- O que é quilombo.
- Característica de um quilombo.
- As lutas da comunidade quilombola.
- Relação entre quilombo e trabalho.
- Educação quilombola.
- Doenças inerentes à população negra.
- Artistas negros que se destacaram: pintores, modelos, atores e atrizes, etc.

- Gráficos e pesquisas sobre a quantidade de negros existentes no país, na África e na comunidade quilombola.

Este é um Projeto que não se encerrou. Primeiro porque o ano letivo ainda está em andamento e depois porque ele é flexível e muda constantemente numa constante reflexão sobre a relação entre o que se planejou e alcançou, o que não se alcançou e o que ainda pode ser feito para conseguir realizar.

O PPP precisa ser analisado, discutido e aperfeiçoado anualmente ou sempre que necessário. O que se pensa e se quer é construir e manter uma escola de qualidade, (um centro de informações e oficinas de aprendizagem) inserida nos novos tempos, e que aponte para a reflexão constante do conceito de educação, que esteja sempre conectada com a sociedade, consciente de seus desafios, formadora de alunos capazes de aprender e conscientes de seus direitos e deveres, de liberdade e de igualdade perante a sociedade.

Uma das maiores conquistas do trabalho realizado pelo PPP da escola foi que numa das discussões levantou-se a questão cultural de alterar as férias da escola do mês de julho para o mês de agosto. Isso foi levantado, pois no mês de agosto ocorre “Folia de Nossa Senhora D’Abadia”, padroeira da comunidade; festejo esse que envolve toda a comunidade Quilombola e que faz os alunos terem um grande número de faltas na escola. Por isso, o calendário escolar a partir de 2016 terá a alteração respeitando a cultura da região.

Sabe-se que ainda muito há a ser feito para se colocar em prática tudo que se projeta no PPP. Porém quando estudamos, discutimos ou participamos de eventos nos quais o tema é a escola e a construção do seu projeto, é comum sentirmos uma mistura ambígua de entusiasmo e desalento.

É usual ouvirmos e, muitas vezes, nós mesmos até comentamos que “na prática tudo é diferente”, que é “muito difícil realizarmos o proposto”, que os “pais não sabem participar” etc. Muitos desses argumentos parecem reafirmar o velho jargão que em educação “tudo é difícil”, “nada muda” etc.

Gadotti (2000), ao discutir os obstáculos e limites que surgem quando se procura implementar processos de gestão colegiada, argumenta que para a real efetivação dos

mesmos é preciso que escola desenvolva um ambiente informativo promovendo a circulação de informações em todas as etapas do planejamento escolar e do fazer pedagógico-organizacional, ou seja, no estabelecimento do calendário escolar, na distribuição das aulas, no processo de elaboração ou de criação e novos cursos, ou de novas disciplinas, na formação de grupos de trabalho etc.

Quais obstáculos ou limites encontramos com frequência nestes processos? De acordo com o autor, a maioria dos problemas deve-se:

- à pouca experiência democrática;
- à mentalidade que atribui aos técnicos (e apenas a estes) a capacidade governar e que o povo é incapaz de exercer poder;
- à própria estrutura verticalizada de nossos sistemas educacionais;
- ao autoritarismo que, historicamente, tem impregnado nosso ethos educacional;
- ao tipo de liderança que tradicionalmente domina a atividade política no campo educacional.

Para enfrentar essas dificuldades, qual seria o caminho? Ainda de acordo com Gadotti (2000):

- o desenvolvimento de uma consciência crítica;
- o envolvimento das pessoas – comunidades interna e externa à escola;
- a participação e cooperação das várias esferas do governo;
- a autonomia, responsabilidade e criatividade como processo e como produto do projeto.

É preciso ousadia dos professores, dirigentes, pais alunos e ousadia da escola para construir sua identidade como instituição social, assumir compromissos, e para criar um futuro melhor do que o presente.

O Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Aleixo Pereira Braga I assume internamente um compromisso com a conscientização, transformação sócio cultural da comunidade, concordando com o fato de que a educação é prioridade e que a diversidade regional não se configura como barreira para as propostas e ações pedagógicas inovadoras sirvam de norte para a prática educativa.

COMENTÁRIOS FINAIS

Ao fim dessa pesquisa, o que se observou é que a jornada apenas começou. Ao longo do ano letivo de 2015, todo o grupo participante do processo de construção do PPP (comunidade, associação de moradores, pais, alunos e professores) assumiram o compromisso de buscarem alternativas pedagógicas com a missão da busca das tradições e identidade da comunidade Quilombola Mesquita.

O grupo em questão, pretende auxiliar a escola a alcançar os melhores resultados possíveis com relação ao desenvolvimento escolar dos educandos; para isso faz-se necessário o empenho e engajamento de todos que estão inseridos no processo ensino-aprendizagem. Cabendo a cada um, colaborar para o êxito no processo escolar através o desenvolvimento de projetos fomentados e avaliação cotidiana. No entanto para alcançar-se o êxito pretendido, cabe além da participação, o envolvimento de tudo o que foi planejado no início do ano letivo.

E como se trata de uma escola quilombola, é necessário trabalhar-se de forma que a comunidade seja valorizada em relação ao desenvolvimento cultural, social, econômico e político. Essa comunidade Quilombola Mesquita pela vivência de fato e de direito do que foi construído pelo PPP, garante a admiração, valorização e o respeito perdido pelos moradores e pelos visitantes que por lá passam com intenção de pesquisa ou apenas por visita.

Essa cultura e identidade trazida, vivenciada e implantada pela população negra, a mesma que vem perdendo-se ao longo do processo, precisa ser resgatada e contada aos estudantes até mesmo os que não fazem parte da comunidade, para que assim possam conhecer a cultura do povo a qual a escola pertence, valorizando essa cultura. É por essa valorização que cada um aprende a partilhar o que sabe, respeitando e valorizando a comunidade em que vive.

Cabe então, a escola levar a esses alunos a trocarem experiências com os demais alunos. A Lei nº10639/2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática

"História e Cultura Afro-Brasileira", garante essa vivência e valorização da cultura e identidade afro brasileira.

Salienta-se que para que haja um bom resultado nesse trabalho, todos devem buscar estar dividindo e aprendendo informações com os alunos, a história de forma precisa e coesa, não esquecendo que deve ocorrer o envolvimento de todas as disciplinas e séries ofertadas na instituição, buscando também zelar pelo cumprimento dos conteúdos preestabelecidos na síntese curricular municipal, adaptando-os a vivência do educando.

Para alcançar-se o que foi proposto, além do envolvimento e engajamento de todos envolvidos é necessário o compromisso de cada um, para que realmente alcancemos bons resultados no que foi planejado, zelando por uma educação plena e de qualidade. Para isso, deverão estar todos envolvidos no cumprimento das metas traçadas. Isso implica em buscar alguns caminhos que sejam eficazes no processo de ensino aprendido.

Este é um Projeto que não se encerra aqui. É preciso ser analisado, discutido e aperfeiçoado anualmente ou sempre que necessário. O que se pensa e se quer é construir e manter uma escola de qualidade, (um centro de informações e oficinas de aprendizagem) inserida nos novos tempos, e que aponte para a reflexão constante do conceito de educação, que esteja sempre conectada com a sociedade, consciente de seus desafios, formadora de alunos capazes de aprender e conscientes de seus direitos e deveres, de liberdade e de igualdade perante a sociedade.

O Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Aleixo Pereira Braga I, se retrata á uma reflexão onde todos e cada um, assume internamente um compromisso com a conscientização, transformação sócio cultural da comunidade, concordando com o fato de que a educação é prioridade e que a diversidade regional não se configura como barreira para as propostas e ações pedagógicas inovadoras sirvam de norte para a prática educativa.

Ressalta-se que o projeto pedagógico da escola é imprescindível, devendo este ser realizado por todos os autores no processo educacional. Pois o mesmo é a autonomia que a escola detém, devendo o mesmo conter todas as ações, projetos, realidade,

objetivos, etc. fomentados pela escola, devendo este ser avaliado a todo instante para que assim sejam sanadas as dificuldades encontradas no cotidiano escolar.

Ao concluir este trabalho, afirma-se o grande desafio que a escola precisa ser um espaço aberto, onde todos os sujeitos sejam estimulados ao exercício da escolha, nas pequenas e grandes coisas, de modo que assim aprendam a cultivar valores e a refletir sobre eles, o tempo todo.

Ao longo desse estudo levantaram-se discussões associadas á Educação Escolar Quilombola com a discussão do PPP. E com essas abordagens teóricas, entende-se que a escola é o palco da construção e atuação das relações sociais e culturais principalmente por meio da relação entre conteúdos propostos nas diretrizes curriculares e nas práticas sociais entre alunos e educadores que ali atuam.

O que fica evidenciado é que apesar do grande esforço de todos e do avanço na Educação Escolar quilombola, enquanto política que visa um projeto educativo pautado nos movimentos sociais, nota-se que apesar da busca em trabalhar os saberes culturais nas práticas educativas oriundos do povo quilombola pelos professores, ainda falta através dos órgãos educacionais responsáveis um apoio para que os professores das escolas quilombolas consigam realizar um trabalho conforme o que está previsto na legislação educacional.

Desse modo, no contexto das análises aqui apresentadas é visto que a educação enquanto elemento de cultura, em específico no quilombo, conforme apresentada na proposta no estudo, possa ser implementada como assegura a legislação enquanto um instrumento de construção social, política, econômica e cultural no território quilombola, é necessário garantir que a política seja efetivada a partir da aplicação de um currículo escolar que de fato atenda o que está expresso nas diretrizes.

Porém a construção e aplicabilidade do PPP da escola, já foi um grande passo tomado pela comunidade. Resta agora dar continuidade ao que se iniciou na busca da valorização da cultura e identidade aos saberes quilombola a partir de um olhar acerca de sua cultura e história, que devem ser evidenciados na escola, já que esta é um espaço de transmissão de culturas.

REFERÊNCIAS

BOGDAN, R. & BIKLEN, S. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto, 1994. In: Laboratório de Pesquisa IV: Situação da Educação – Dimensão Internacional – Aula 4 (3). Católica virtual. Disponível em < Acesso em 07 maio. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Grupo de Trabalho Interministerial. Contribuições para a Implementação da Lei 10639/2003: Proposta de Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Lei 10639/2003. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/contribuicoes.pdf>>. Acesso em 20 de Abr de 2011.

_____. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004. Disponível em:< <http://www.uel.br/projetos/leafro/pages/arquivos/DCN-s%20-%20Educacao%20das%20Relacoes%20Etnico-Raciais.pdf>> Acesso em: 20 abr. 2011.

CIDADE OCIDENTAL - GOIÁS. - Dados históricos da criação do Município de Cidade Ocidental - 1994. Biblioteca Pública de Cidade Ocidental – José Sarney.

_____. Dados históricos do Município de Cidade Ocidental –GO / 2001. Biblioteca Pública de Cidade Ocidental – José Sarney.

_____. Dados históricos e sócio-econômicos – 1998. Biblioteca Pública de Cidade Ocidental – José Sarney.

_____. Plano Diretor de Cidade Ocidental. Lei nº 727, 2009, de 20 de janeiro de 2009.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Parecer 16/2012. Aprovado em 5/6/2012 pela Câmara de Educação Básica – CEB/CNE.

COSTA, A. S. OLIVEIRA, W. S. A luta por educação formal e a relação comunidade – escola no quilombo mesquita. Trabalho realizado na disciplina “Ensino de história, identidade e cidadania”. Departamento de Métodos e Técnicas – MTC da Faculdade de Educação – FE/UnB. 2º/2010.

ESCOLA ALEIXO PEREIRA BRAGA I. Projeto Político Pedagógico, 2015. QUILOMBO MESQUITA – CIDADE OCIDENTAL / GO..

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 1990.

SAVIANI, D. Escola e Democracia: Polêmicas do Novo Tempo. Campinas: Autores Associados, 1999.

Revista Nova Escola: Lev Vygotsky, o teórico do ensino como processo social. Junho, 2012.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2010.

BRASIL. Estudo exploratório sobre o professor brasileiro com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007. Brasília: MEC/INEP, Diretoria de Estatísticas Educacionais, 2009.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília: junho, 2005.

Brasil. Parâmetros Curriculares Nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/ SEF, 1997.

BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 8, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.